

ATA Nº. 10

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM  
27-02-2015**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, José Francisco de Matos Rodrigues Leote e Fernanda Maria de Matos Lopes. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Rui Vitor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Luís Filipe Dias Grácio e Marco Filipe Sá Geração. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira, Telma Cristina Antunes Jorge e Marisa Sofia Cordeiro Parreira. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**, o senhor: --

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** e em substituição deste, a substituta legal: -----

Isabel Maria da Fonseca Gonçalves Vieira Campaniço. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, José David da Silva Ribeiro e Rui Pedro Dias Gonçalves. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a António Manuel Henriques Miguel, que substitui Sara Paula Caetano Domingos, do Partido Socialista. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e dos respetivos

---

juramentos por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Deu conhecimento do pedido de substituição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, sendo substituído pela senhora Isabel Maria da Fonseca Gonçalves Vieira Campaniço, secretária do executivo. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a ata número nove. -----

#### **VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO NOVE** -----

A ata número nove, da sessão ordinária realizada em vinte e um de novembro de dois mil e catorze, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e três abstenções, sendo uma do Partido Socialista, uma do Partido Social Democrata e uma da substituta do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Não votou José Miguel Filipe Baptista, por ainda não se encontrar presente. -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que foi dado conhecimento aos senhores deputados da listagem atualizada dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

Seguidamente o Partido Socialista apresentou a seguinte moção: -----

#### **MOÇÃO** -----

Na sequência da moção aprovada pela Câmara Municipal do Entroncamento, com a qual concordamos na íntegra e subscrevemos, entendemos reforçar essa tomada de posição, apresentando esta moção, em tudo idêntica à supra referida: -----

O Governo apresenta um documento para a Reestruturação do Sector das Águas com o objetivo de garantir a continuidade, universalidade, qualidade e sustentabilidade na prestação do serviço público de abastecimento e saneamento de águas.-----

O sector das águas vai ficar apenas com cinco empresas, das 19 atualmente existentes: Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas de Lisboa e Vale do Tejo e EPAL, Águas Públicas do Alentejo e Águas do Algarve. -----

As empresas Águas do Oeste, SIMARSUL, SIMTEJO, SANEST, Águas do Zêzere e Coa, Águas do Centro, Águas do Norte Alentejano, Águas do Centro Alentejo e EPAL vão fundir-se num único sistema, com quase uma centena de municípios acionistas, sendo um destes o Município do Entroncamento. -----

A nova empresa será designada de Águas de Lisboa e Vale do Tejo e abrangerá concelhos dos distritos de Lisboa, Leiria, Setúbal, Castelo Branco, Guarda, Coimbra, Santarém, Portalegre e Évora. -----

Uma empresa que agregará um vasto território, desde a Capital até à Serra da Estrela, não garantirá, por certo, a capacidade de resposta com tantos sistemas e tantos municípios integrados, com realidades tão diferentes.-----

O sector das águas e saneamento, gere-se pela proximidade com as populações, tornando assim mais eficiente e eficaz o serviço prestado. -----

Com esta agregação, perder-se-á esta proximidade, assim como a gestão destas sociedades por parte dos órgãos autárquicos democraticamente eleitos pelas populações, em suma os Municípios verão a sua participação claramente reduzida. -----

---

Com este modelo de agregação de diferentes realidades territoriais, perde-se toda uma estratégia local já construída por cada município. -----

Ao ser criado um novo Regulamento Tarifário é de prever profundas mudanças nesta matéria, onde, mais uma vez, os municípios não foram e não serão ouvidos, com a agravante do aumento das injustiças sociais que advêm de um único modelo tarifário que não tem em conta as particularidades locais, bem como, as políticas sociais que cada município decide tomar, perante as dificuldades das suas populações. -----

O objetivo final desta reestruturação é a privatização deste sector e a mercantilização da água e dos serviços de saneamento, onde os municípios e as suas populações serão meros números, assistindo ao aumento das suas tarifas, à degradação do serviço e da sua qualidade, em favor de um privado, tendo o lucro como único objetivo, o que se confirma desde já **pela prorrogação unilateral e administrativa por mais 30 anos das concessões**. Esta estratégia de sucessivos ataques ao Poder Local Democrático assenta, como em muitos outros casos, num processo de pressão e de chantagem face às acuais dificuldades financeiras a que os municípios se encontram sujeitos.

Entende esta Assembleia Municipal que: -----

- não se encontrarem salvaguardados os interesses dos municípios e das suas populações, numa área tão sensível e fundamental à subsistência humana como o abastecimento público de águas e saneamento. -----
- não estão salvaguardadas, em nenhum dos artigos, as responsabilidades dos municípios e da sociedade nos casos em que os municípios não integrem a parceria, apesar de já estarem associados a um sistema multimunicipal. -----
- a não eliminação dos valores mínimos garantidos, independentemente do histórico existente, é despropositada e contraditória a uma política muito valorizada de eficiência e eficácia dos sistemas. -----
- em relação à compensação devida pelas infraestruturas existentes, nomeadamente décadas de investimento na criação de infraestruturas de captação de redes de adução e distribuição de águas, bem como nas redes de saneamento em baixa, não nos parecem estar salvaguardados os interesses dos municípios e respetivas populações. -----
- não estão suficientemente definidas as responsabilidades e/ou compromissos relativamente a novos investimentos. -----
- ao contrário do que sempre tem afirmado, verifica-se que não haverá possibilidade de qualquer posição vinculativa sobre a definição das tarifas futuras. -----
- Não é admissível a imposição unilateral e administrativa da prorrogação das atuais concessões numa total violação do Direito do Poder Local legalmente constituído e constitucionalmente consagrado. -----

Assim esta Assembleia Municipal reafirma que a água e o saneamento constituem um Direito Humano Fundamental, que os serviços de água e saneamento constituem serviços públicos essenciais a que todos os cidadãos,

---

independentemente da sua condição económica e localização geográfica, devem ter acesso, motivo pelo qual delibera que se deve manter a sua gestão pública, pelo que está contra esta proposta de reestruturação do sector das Águas em Portugal em discussão. -----

Referiu **Manuel Martins**: “ Na sequência da moção aprovada pela câmara municipal, com a qual concordamos e subscrevemos na íntegra, entendemos reforçar a tomada de posição e penso que transmite o sentimento de todos nós.” -----

Interveio **Luís Grácio**: “ Esta moção apresentada pelo PS relativamente à questão das alterações das entidades gestoras da água é muito pertinente, o Bloco de Esquerda subscreveu com o consentimento do PS na câmara esta moção. -----

Estas alterações que se estão a verificar, que o governo se propõe fazer nomeadamente as Águas de Portugal, para quem ler o documento introdutório deste processo o documento está muito embrulhado. -----

Curiosamente, fala num défice tarifário de 500 milhões de euros e ao mesmo tempo consegue demonstrar mesmo com esse défice tarifário e com a necessidade de aumentar taxas, que os municípios vão ter vantagens nestas agregações, que é uma coisa bastante curiosa. -----

Aliás, na parte final do documento dá-se alguns exemplos da diminuição mensal do custo do abastecimento da água, apesar de na primeira parte tecer o contrário.-----

Não deixo de fazer referência a isto, de facto é um exercício bastante curioso e acho que devia ser analisado por todos. -----

Uma outra questão que nos preocupa e que no fundo é o que está subjacente a toda esta estratégia, no nosso País pretende-se criar um conjunto de instituições de tal maneira grandioso do ponto de vista de recursos, que se torna quase impossível que qualquer entidade que adira neste processo se venha a desvincular. -----

Faço esta observação, porque nós vamos hoje discutir um ponto em que o município se vai desvincular de uma associação que é a A.Logos, ou seja, com uma certa facilidade da mesma forma como aderimos a uma instituição que é a A.Logos que faz uma atividade relacionada com o setor da água, nós conseguimos desvincular-nos dessa associação sem ónus muito significativos para o município, mas no caso em apreço, essa situação seria quase impossível. -----

As organizações que vão ser criadas são de uma tal dimensão, que na prática criam uma barreira a qualquer alternativa que se pretenda criar. -----

Acho que esta questão deve ser mais bem discutida, aliás este processo com esta moção poderá criar um processo de debate nacional sobre o que se está a passar no setor das águas e portanto, vamos votar a favor da moção.” -----

Durante a intervenção de Luís Grácio, compareceu José Miguel Filipe Baptista. ---

Proseguiu **António Ferreira**: “ Nós votaremos também a favor desta moção. ----

De facto o governo está a debater-se com uma série de impedimentos e obstáculos àquilo que quer levar pela frente. -----

No nosso distrito tem grandes obstáculos, nomeadamente em iniciativas deste género que o PS apresenta aqui, se não fosse o PS a CDU também apresentaria, já temos demonstrado a nossa posição em relação a isto. -----

De referir que uma grande parte do país e do distrito, quando batem esta política e existe obstáculos enormes nomeadamente nas Águas do Alentejo, Águas do Ribatejo, em municípios que têm sistemas próprios no distrito e por outro lado, a negação dos municípios que neste momento estão nestes sistemas de vir a integrar um sistema mais concentrado. -----

---

Gostava que o PS alterasse uma questão no segundo parágrafo da moção que diz: *O Governo apresenta um documento para a Reestruturação do Setor das Águas com o objetivo de garantir a continuidade, universalidade, qualidade e sustentabilidade na prestação do serviço público de abastecimento e saneamento de águas.* -----

Gostaria que ficasse aqui explícito que isto é do governo e que isto está no documento do governo, penso que não é isto que o PS quis dizer que o documento leva a isto, tem que ser alterado no sentido de que apareça aqui como citação do documento do governo para não haver dúvidas. -----

Por outro lado, saliento a referência ao poder local democrático porque é nesta base que está a questão essencial, as águas neste momento são pertença das populações e os representantes das populações são as autarquias que fazem valer os seus direitos, aliás, as águas são um monopólio natural, ao entregarmos esse monopólio natural a uma lógica de lucro, nós estamos a impedir que as pessoas tenham escolhas e num município não pode haver escolhas, não pode haver várias empresas a fornecer o mesmo serviço, nós temos isso na eletricidade, mas nas águas é impossível que isso aconteça. -----

Aquilo que foi dito recentemente pelo Tribunal de Contas no último estudo que fizeram sobre as autarquias é extremamente interessante e isso aplica-se ao nosso concelho e com os concelhos vizinhos, os contratos que foram feitos, foram contratos lesivos dos interesses dos municípios, estabeleceu-se compras mínimas de água e que os municípios têm que pagar, não há riscos para eles, os riscos vão ser para as autarquias que fizeram os contratos” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a moção, com o pedido de alteração apresentado pela CDU, em que o segundo parágrafo fica entre aspas, como uma citação daquilo que vem no diploma legal do governo. -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pelo Partido Socialista foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente a Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte declaração: -----

#### **DECLARAÇÃO** -----

#### **FUTURO DA FERROVIA** -----

#### **O transporte ferroviário, espinha dorsal de um verdadeiro sistema de transportes** ----

O transporte ferroviário é a espinha dorsal de um verdadeiro sistema de transportes, não só pelas suas características estruturantes, uma vez que assegura o grande volume de circulação das populações e de mercadorias e bens, mas também pelo impacto que tem na economia do País, face ao seu importante papel em termos de grandes investimentos e de benefícios para o ambiente e para o desenvolvimento sustentável, a nível local, regional e nacional. -----

#### **A ofensiva privatizadora dos sucessivos governos ao longo das duas últimas décadas** -----

No entanto, a política seguida pelos sucessivos governos (do PSD/CDS-PP e do PS) ao longo das duas últimas décadas, tem sido a do desmembramento das empresas, da diminuição da oferta do transporte, do aumento da exploração dos trabalhadores ferroviários, do aumento das tarifas, da redução do serviço público prestado às populações. Mais, tem sido uma política

---

que visa, de forma muito clara, a privatização das empresas (ou de parte delas), colocando-as ao serviço da criação de lucros e de transferência de poder para os privados. -----

Mas não é só: o abate de enormes quantidades de material circulante em bom estado, o encerramento de linhas e ramais, de estações e de oficinas de manutenção, com a redução brutal de trabalhadores, os ataques sistemáticos aos seus direitos e garantias, provocando desmotivação e condições objetivas para cederem a pressões e chantagens, à liquidação de direitos no plano da saúde e outras regalias conquistadas ao longo dos anos, são uma imagem de marca desta política que vem sendo seguida, de forma sistemática, ao longo dos anos.-----

#### **A separação entre a gestão da infraestrutura e a exploração do serviço de transporte -----**

Face a esta situação de pulverização do sector ferroviário, com vista à entrega das áreas apetecíveis ao sector privado, o PCP voltou a questionar, muito recentemente, a Comissão Europeia, sobre a *separação entre a gestão da infraestrutura e a exploração do serviço de transportes, que se veio a mostrar desastrosa em países como Portugal, onde a CP foi retalhada em diversas empresas (...), sendo que hoje, (...) a multinacional alemã DB, um colosso no sector, está interessada na privatização de empresas de outros países, como Portugal.*-----

A resposta da Comissão Europeia foi esclarecedora: *as atuais regras não impõem a separação das empresas ferroviárias verticalmente integradas. O Gestor da Infraestrutura [no caso português, a REFER] e a empresa ferroviária [em Portugal, a CP, Comboios de Portugal], podem permanecer dentro do mesmo grupo, sob reserva do requisito de separação de contas. E a resposta foi ainda mais esclarecedora: (...) Por conseguinte, a decisão de separar a empresa Comboios de Portugal não foi exigida pela legislação da União, tendo constituído uma decisão soberana do Estado português.*-----

#### **A alternativa -----**

A alternativa a esta situação tem que assentar num sistema de transportes públicos, estruturante e estratégico para a vida económica do País; -----

O caminho para tal objetivo não é a privatização do sector, mas sim o seu reforço público nas suas diversas vertentes, através do reagrupamento das empresas sob um comando único e público. -----

No caso da **REFER**, é necessário travar o processo de fusão com a Estradas de Portugal; na **EMEF** importa inverter o processo em curso de colocar a manutenção nas mãos dos fabricantes de material, com as empresas públicas descapitalizadas até de pessoal necessário à mera fiscalização; na **CP Carga**, importa travar a transferência dos Terminais de Mercadorias para o sector privado, via REFER. E, no quadro na **construção de material circulante**, importa enfrentar as consequências da destruição da SOREFAME, devendo usar-se a EMEF para, na negociação dos contratos, se garantir a crescente incorporação nacional na produção do material. -----

Referiu **Marisa Parreira**: “ Esta é uma declaração de um resumo do que foi apresentado pelo PCP no Projeto de Resolução em defesa do caminho-de-ferro nacional e que foi disponibilizado na íntegra aos deputados. -----

Esta é uma preocupação que subscrevemos, sabemos que ainda ontem estiveram presentes centenas de ferroviários numa manifestação em Lisboa.” -----

Continuando no uso da palavra, apresentou a seguinte moção: -----

#### **MOÇÃO -----**

#### **SOBRE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----**

Considerando que -----

1. A C.R.P. - Constituição da República Portuguesa prevê que o “Estado é unitário e respeita na sua organização funcionamento o regime autonómico insular e os

---

princípios de subsidiariedade da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública” (artigo 6º., nº 1). -----

2. A descentralização de poderes efetua-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço de coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública assegurando os direitos das populações. -----
3. A descentralização administrativa deve assegurar o princípio da subsidiariedade devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para prosseguir com racionalidade eficácia e proximidade aos cidadãos. -----
4. A transferência de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequados ao desempenho das funções transferidas, e não assumida, como a prática tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e transferência de ónus e insatisfação para o Poder Local. -----
5. O Decreto-Lei sobre descentralização de competências aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Janeiro de 2015, constitui-se no seu objetivo e fins, num processo de delegação de competências a concretizar através de contratos inter-administrativos a celebrar com as autarquias que aderirem em áreas de grande complexidade (educação, saúde, segurança social e cultura), não separado da estratégia de destruição de políticas públicas e funções sociais do Estado que os governos há muito prosseguem. -----
6. A solução que, nesta matéria, possa vir a ser encontrada, deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, onde o Poder Local Democrático se assumira como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação em sede de legalidade e mérito, em matérias que faça sentido à luz do princípio da complementaridade e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----
7. O governo, ao invés, vem preconizar um modelo assente numa delegação de competências onde os próprios elementos de negociação e contratualização parecem encontrar-se reduzidos a pouco mais que uma possibilidade, manifestamente incompatível com a dimensão autónoma do Poder Local Democrático, de adesão dos Municípios a condições e objetivos pré-definidos. -----
8. A solução preconizada é incompatível com a autonomia do Poder Local, sendo mais um passo na sua subordinação a interesses e políticas que lhe são estranhas. -----
9. Mais do que novas competências, o que o Poder Local exige e necessita é de ver preenchidas as condições (financeiras, de autonomia e de política de pessoal) para o pleno exercício das competências que hoje fazem parte do acervo das responsabilidades das autarquias. -----
10. Não estão manifestamente reunidas as condições mínimas para um diálogo sério entre a Administração Central e a Administração Local dado o percurso de ataque, arbitrariedades e sonegação de meios que tem sido imposta às autarquias locais, para

---

lá da comprovada má-fé com que tem conduzido os processos de transferência de competências em áreas como a educação, a proteção civil ou a rede de serviços públicos. -----

11. O processo de delegação de competências anterior abriu espaço e justificou em muitas situações a privatização de funções educativas, restringiu o carácter universal e gratuito do sistema de ensino, afetou a dignidade da carreira docente, constituiu um adicional fator de novos encargos para as autarquias que se dispuseram a dar o passo da contratualização. -----

A Assembleia Municipal de Entroncamento reunida no dia 27 de fevereiro de 2015, delibera manifestar: -----

- a. O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de Janeiro de 2015; -----
- b. O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático; -----
- c. Apelar ao Congresso da A.N.M.P., a realizar em 27 e 28 de Março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, rejeite liminarmente esta proposta de contratos inter-administrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a C.R.P. prevê.” -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “ O PS não tem nada contra esta moção e vai votar favoravelmente, aliás, estamos até bastante satisfeitos por vermos que a CDU teve esta lembrança de apresentar esta moção sobre a delegação das competências, porque no fundo vem reforçar aquilo que o PS a nível nacional tinha feito ao apresentar em fevereiro último o projeto de resolução na Assembleia da República, em que reforça precisamente estas questões que a CDU agora traz aqui. -----

Gostaria de muito sumariamente de ler aqui uma parte deste projeto de resolução apresentado pelo PS que diz: “ *descura o tão necessário envolvimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias cujo papel é decisivo na ampla e desejável reflexão que deve ser promovida junto de autarcas, capaz de gerar maior transparência e de evitar situações de iniquidade entre autarquias.*” -----

Interveio **José Baptista**: “ Analisando a moção apresentada pela CDU, quando a li hoje à tarde, pensei e não tenho dúvida nenhuma, de que é a posição ideológica da CDU e portanto não a contesto. -----

Não teria dúvida nenhuma que a moção não seria aprovada porque nunca pensei que o Partido Socialista a apoiasse. -----

Senhora deputada, quem lhe fez o trabalho de casa dos decretos lei que o PS apresentou, fez o trabalho até certo ponto, esqueceu-se de lhe dizer que o líder do seu Partido usou dois 5 de outubro na câmara de Lisboa a apelar à descentralização do Estado para as autarquias locais e assim que este Governo começou a fazer descentralização municipal, o Doutor António Costa veio a dizer que afinal não era descentralização e portanto, percebo o incómodo do Partido Socialista. -----

Há dias tive uma conversa com uma das pessoas que está a estudar o processo de descentralização na parte da educação, dizendo que não sou um fã de descentralizar a educação para as autarquias, porque acho que há autarquias que estão bem preparadas

---

para a receber e há autarquias que não estão preparadas e sei que há um grupo alargado de autarquias que querem receber a educação já no próximo ano. -----

Falámos sobre as questões de financiamento, aprovações e uma série de situações e eu disse-lhe que a descentralização é para poupar dinheiro e ele respondeu que não, o dinheiro que vai ser entregue a cada município, é o dinheiro que resulta do acordo que é o dinheiro que é gasto para aquela escola em concreto e portanto não vai ser reduzido na parte da descentralização. -----

Se os municípios conseguirem que os alunos tenham melhores notas no final de cada ano letivo, ou gastarem menos dinheiro na educação, o dinheiro que não é gasto é para dividir na educação escolar e para o Estado, basta ver o projeto de lei. -----

Olhando para a moção que a Coligação Democrática Unitária aqui nos apresenta que é profundamente ideológica contra o regime jurídico nas delegações de competências, que é aquilo que os partidos vêm a pugnar há muitos anos, para que o Estado Central deixe de mandar em tudo o que é a compra de uma caneta, e possam ser as entidades locais a decidir. -----

Pensava que a Coligação Democrática Unitária também ia nalgumas situações destas ser a favor, porque pôr os seus eleitos locais a decidir sobre aquilo que são as necessidades básicas das pessoas com quem trabalham, parecia-me óbvio, mas afinal não. -----

A Associação Nacional de Municípios disse sim à transferência de competências nomeadamente para a educação e passados poucos dias numa reunião que teve com o líder do Partido Socialista disse que não, isto é o quê? Isto é política barata? -----

A moção, percebo porque é ideológica, é a vontade da Coligação Democrática Unitária, não tenho nada contra, é uma questão de princípio, mudar de vontade, mudar de decisão não é uma questão de princípio é uma questão política, às vezes politqueira e que não lhe fica bem.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ Em termos de descentralização, de facto a descentralização pode sair mais barata num futuro do que aquilo que existe hoje. -----

No entanto não é esta a regionalização, esta regionalização é a destruição do poder local democrático e é a negação universal de alguns serviços, nomeadamente aqueles que nos são muito queridos que avançamos muito nessa área e neste momento regredimos, que é a área da saúde e do ensino. -----

Para nós a regionalização não é a mesma do PS, António Costa pretende uma regionalização com a chamada democratização das CCDR, o PSD tem-se servido da palavra regionalização e de alguns princípios, para atacar radicalmente tudo o que é poder local democrático e o que está na Constituição. “ -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Democrático Social. -----

Seguidamente **Telma Jorge** procedeu à leitura do seguinte documento: -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **PEDIDO DE DOCUMENTOS DA RESITEJO – EMPRESA INTERMUNICIPAL**

A Lei 73/2013, Lei das Finanças Locais, é mais uma lei que se insere na estratégia deste Governo PSD/CDS-PP para a subversão e desmantelamento do poder local democrático. Ela visa liquidar a autonomia financeira, reduzir a participação dos

---

municípios e freguesias na partilha de recursos públicos e criar entraves à capacidade realizadora das autarquias, nomeadamente na resolução dos problemas das suas populações. Mais, esta é uma lei penalizadora das populações, que nega o direito ao desenvolvimento local, inserindo-se nos objetivos de empobrecimento do País e de continuada degradação das condições de vida do povo e que nunca mereceu o apoio da grande maioria dos autarcas e dos municípios. -----

Por via desta Lei, e também do Decreto-Lei nº 45/2014, os municípios são obrigados a integrar, na sua contabilidade, os compromissos assumidos pelas empresas públicas por si detidas, donde resulta a enorme preocupação com a situação da empresa RESITEJO, dado que as Câmaras que detêm esta empresa têm de assumir dívidas (na ordem de milhões de euros), valor que, somado às atuais dívidas, nalguns concelhos, ultrapassa o permitido pela lei. -----

Por esta razão, as Câmaras sentem-se pressionadas a entregar os sistemas aos privados, para se desfazerem das dívidas acumuladas. -----

E é neste contexto que, a 8 de Novembro de 2014, o Administrador Delegado, Diamantino Duarte, submeteu à Direção da RESITEJO, uma proposta de aprovação de novos estatutos, o que, na prática, faria passar a empresa (e a respetiva dívida) ao domínio dos privados. -----

Esta proposta foi recusada, por iniciativa da Presidente da Câmara de Constância, e apoiada pelos restantes presidentes de Câmara, tendo sido indicada uma Comissão para elaboração de uma proposta alternativa de Estatutos, que garanta que a RESITEJO continua como empresa intermunicipal. -----

Esta é uma questão fundamental para a CDU, que entende que estes serviços devem continuar nas mãos dos legítimos representantes das populações, ainda que com um efetivo controlo democrático por parte dos presidentes de Câmara (que não tem objetivamente existido) e que, só agora, quando tomaram consciência da dívida acumulada, perceberam a verdadeira necessidade de se tomarem medidas sérias. -----

E é da maior importância a sua manutenção no domínio das autarquias, fundamentalmente pelo facto de as empresas privadas terem como único objetivo o lucro e a sua maximização, contrariamente às do sector público, a quem cabe garantir os direitos dos seus cidadãos e assumir o princípio da solidariedade, a defesa do ambiente e a qualidade de vida das populações. -----

Urge, portanto, a necessidade de que a elaboração dos novos estatutos não se arraste por muito tempo, sobretudo tendo em conta os graves prejuízos que daí resultam para as autarquias, nomeadamente ao nível da sua capacidade de endividamento. -----

Por último, gostaríamos de referir que a situação que se vive na RESITEJO não é única a nível nacional. -----

Assim, para além da importância de manter estas empresas no domínio público e de as dotar de uma gestão séria, é necessário também que as Câmaras contestem as imposições da Lei que, na prática, força a entrega destes sistemas ao sector privado da economia. -----

Depois de muita insistência, atendendo a perda de confiança na atual direção da RESITEJO, e em particular rejeitando e repudiando as opções privatizadora do administrador delegado, solicitamos que nos seja facultado os seguintes elementos: ---

**Contas dos últimos 5 anos da empresa RESITEJO entregues nas finanças e respetivas demonstrações de resultados;** -----

**Cópias dos contratos de empréstimos bancários, concursos, autorizações dadas pelas autarquias, condições dos empréstimos e respetivas garantias prestadas;** ---

---

**Os dados financeiros dos projetos executados na RESITEJO, desde de sua criação até à data, fontes de financiamento e compromissos financeiros que de aí decorrem;** -----

**Informação das empresas que atuam no espaço da RESITEJO, quer no âmbito da EGSRA – Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos criada em Novembro de 2009, quer de outros contratos e, natureza dos respetivos de cedência de instalações, e autorização de atividades no local;** -----

**Caso haja, os relatórios das inspeções ambientais e financeiras dos últimos 5 anos à RESITEJO;** -----

**Informação sobre os processos jurídicos em curso que envolvam a RESITEJO ou outra qualquer empresa que atue nessas instalações, espaço de responsabilidade da RESITEJO;** -----

**Informação escrita da RESITEJO em que nenhum elemento da direção da RESITEJO ou administrador/delgado está envolvido diretamente ou indiretamente em interesses de quaisquer das empresas a atuar no espaço/instalações da RESITEJO.** -----

**SOLICITAMOS A TRANSCRIÇÃO PARA A ATA, NA INTEGRA DESTE DOCUMENTO.”** -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “ Quero juntar-me a este pedido, já na última assembleia tinha citado que era um assunto que nos preocupava.” -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que referiu: “ Há aqui duas imprecisões, não tenho nenhuma procuração para defender a RESITEJO. -----

Diz aqui num parágrafo o seguinte: “*E é neste contexto que, a 8 de Novembro de 2014, o Administrador Delegado, Diamantino Duarte, submeteu à Direção da RESITEJO, uma proposta de aprovação de novos estatutos, o que, na prática, faria passar a empresa (e a respetiva dívida) ao domínio dos privados.*” Isto não é correto porque a proposta de alteração dos estatutos mantinha na esfera do domínio municipal e até reforçava nessa matéria. -----

Também não é correto, esta proposta recusada pelo Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento e não de Constância.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ A proposta que foi apresentada, é que as câmaras assumiriam 10% da dívida dos cerca de 17 milhões de euros. Ou outros 90% não estava na proposta, mas estava implícita na alteração dos estatutos e a alteração dos estatutos abria as portas à entrada dos privados, ou seja, se os privados quisessem entrar, tinham que subscrever capital, o processo era conjunto. -----

Segundo ouvi dizer, já há um parecer da DGAL a dizer que não é possível a repartição da dívida de 10% pelos municípios e os 90% não fazer parte das dívidas dos municípios, isso não é legal. -----

Não vou discutir de quem foi a proposta, acho que foi uma medida positiva.” -----

Seguidamente **Pedro Gonçalves** apresentou a seguinte Moção/Deliberação. -----

## **MOÇÃO/ DELIBERAÇÃO** -----

**-«Observatório Municipal de Comércio»** -----

-Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais; -----

- Moção/Deliberação sobre Observatório Municipal de Comércio. -----

-A atividade comercial é cada vez mais parte integrante do desenvolvimento de uma cidade atraindo não só investimento, visitantes, oportunidades de negócio e de emprego, tornando o espaço local convidativo e moderno, algo que no nosso município não tem acontecido. --

---

A diversidade de opções e de escolhas por parte do cidadão ao nível da atividade comercial e de serviços devem constar das políticas de planeamento e de gestão de uma cidade tendo em conta os níveis de desenvolvimento que se pretende atingir facilitando e criando condições favoráveis a quem pretende exercer a sua atividade e a quem pretende usufruir desse espaço. -----

Para tal, e para que esse mesmo espaço esteja adequado às necessidades de cada interveniente, é fundamental que o mesmo seja pensado e intervencionado com o consenso e em parceria com quem direta e indiretamente seja parte interessada.-----

O Entroncamento não será exceção e para tal é fundamental que, à semelhança de outros órgãos consultivos já criados, se possam reunir todos os esforços para a criação de um observatório Municipal de Comércio juntando a uma só mesa as diversas (a considerar Associações de comerciantes, comerciantes, Executivo municipal, Juntas de freguesia, partidos políticos... ) entidades que têm na sua missão criar as melhores condições para o desenvolvimento e incremento da atividade comercial e de serviços no concelho. -----

O mesmo órgão de natureza consultiva e que visará promover a concertação, informação, articulação e cooperação entre as diversas entidades locais será deste modo um fator crítico de sucesso para o crescimento da atividade comercial. -----

No mesmo órgão poder-se-á criar, apresentar, discutir e analisar propostas, ideias e sugestões que visem a promoção e desenvolvimento do comércio no Entroncamento, tal como servirá para efetuar um levantamento assíduo e permanente do estado de necessidade da mesma atividade. -----

As medidas de combate à crise e ao abandono de atividade, a fomentação de oportunidades de negócio e incremento da atividade assim como a discussão e planeamento de estratégias de criação e promoção do comércio e serviços no concelho, devem constar como princípios elementares de trabalho no respetivo órgão que, apesar de ser um conselho consultivo deve articular a sua missão com o objetivo de incentivar os agentes económicos e sociais do município visando a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável à escala local tentando fomentar e consolidar a atividade comercial no Entroncamento. ----

Desta forma, e tendo em conta os mesmos considerandos, a Assembleia Municipal do Entroncamento reunida nos paços do concelho, entende ser positivo e uma mais-valia para o desenvolvimento e prosperidade do comércio e serviços no Entroncamento a criação do Conselho Municipal de Comércio devendo ser considerados todos os esforços necessários para a sua mais célere constituição.” -----

Interviu **António Ferreira:**” Sobre o conteúdo desta moção não temos grande coisa a dizer. -----

Nós temos neste momento instituições que são representativas dos comerciantes, essas instituições no passado no Entroncamento surgiu uma alternativa que não deu em nada, acho que a conversa com as associações, a relação com as associações de comerciantes, essa sim, é muito importante. -----

O Entroncamento foi o centro comercial do norte do distrito em tempos e tínhamos um fator que levava a isso, nós nessa altura tínhamos operários, uma indústria com uma grande dinâmica, tínhamos dois mil operários nas oficinas da CP, tínhamos militares, tínhamos gente com poder de compra no Entroncamento que era uma base do comércio. -----

Não podemos pensar nunca mais num comércio florescente no Entroncamento se não interpretarmos as coisas como elas foram no passado, temos que ter bases para isso e restrição às grandes superfícies como elas funcionam, que estão a dar cabo de tudo o que é comércio e dos postos de trabalho que são gerados neste tipo de atividade.” -----

Prosseguiu **Fernanda Alves:** “ Relativamente a esta ideia geral na moção não temos nada a opor. -----

---

A única coisa que nos deixou um pouco descontentes, e gostaríamos que fosse alterado, era que em vez do Conselho Municipal do Comércio, se pudesse mudar o nome para Observatório Municipal de Comércio, achamos que fazia mais sentido.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ O Bloco de Esquerda tem ao longo do tempo desde que temos presença na autarquia manifestado e preocupado com a atividade empresarial, nomeadamente no pequeno comércio no Entroncamento, aliás, foi por nossa iniciativa que se lançou há uns anos atrás um conjunto de ações de maneira a criar melhores condições, nomeadamente com as isenções de algumas taxas nestes períodos difíceis e que têm sido seguidos pela autarquia de uma forma transparente e simples. -----

Temos algumas dúvidas relativamente à institucionalização de um processo destes, já temos um Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal da Juventude, que nem sequer funciona, Conselho Municipal de Educação, não sei até que ponto mais um órgão burocrático vai trazer alguma melhoria ao processo. -----

Por outro lado, os próprios comerciantes para não falar da indústria, têm as suas próprias associações, a ACIS é uma delas que representa uma parte dos comerciantes e que devem ser ouvidas, acho que é um bocado prematuro da nossa parte enquanto assembleia, estarmos a impor algo que não parte das forças vivas da cidade. -----

Não temos nada contra, achamos que tudo o que venha de bom para favorecer a atividade empresarial e comercial é muito benéfico, mas tenho receio que um processo destes tão burocratizado e institucionalizado, acabe por não dar frutos nenhuns.“ -----

Pedi a palavra **Marco Geração**: “ Pela minha experiência pessoal a lidar com associações comerciais e a dificuldade que elas têm em dar respostas a muitas necessidades dos comerciantes no Entroncamento, estou falar não só da ACIS como também da NERSANT. -----

Eu já tive um negócio, tive uma ideia para o comércio no Entroncamento muito interessante relativa a comércio digital, foi na altura acolhida pela vereadora do comércio Doutora Kelly, houve a necessidade de se fazer um estudo, a verdade é que não havia verbas, fui falar com a ACIS e a NERSANT e a resposta que me deram, era que realmente era muito difícil apoiar algum tipo de negócio. -----

A minha questão em relação a esta moção, o que é que as associações comerciais têm a dar ao Entroncamento em conjunto com a autarquia, qual é o tipo de articulação que irá ser feito.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “ Senhor António Ferreira, sei que está mal habituado com os políticos, mas eu quero ser um político diferente e prezo por isso e quando diz que nós quando não queremos fazer nada criamos uma comissão, comigo está redondamente enganado. -----

As associações que disseram que eram representativas, e eu pergunto se serão na íntegra representativas? Não. -----

Não podemos sonhar? Irei citar alguém que disse: *Sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança.* -----

É preciso um órgão consultivo para que possa chegar junto do órgão executivo com ideias assentes nas bases, não é só as associações mas os comerciantes locais e as juntas de freguesia, para que se possa debater o que realmente interessa, e não aconteça novamente o que aconteceu neste Natal, comerciantes a quererem mais e o executivo não sabia que os comerciantes queriam mais, não sabiam que a associação estava disponível ou não para fazer mais e perdeu-se uma oportunidade e quem perde com isto é o Entroncamento, já perdemos no passado e temos que olhar para o futuro e tentar fazer um futuro melhor. -----

---

Se não forem os entroncamentenses, os cidadãos, os nossos comerciantes a dizerem o que querem, não vamos ser nós aqui sentados, a sonhar com aquilo que eles querem, acho que é preciso cada vez mais envolver os cidadãos e a política serve para isso, do cidadão para o cidadão, pelo cidadão. -----

Se for preciso mudar de Conselho Municipal do Comércio, para Observatório Municipal do Comércio, passaremos sem problema nenhum, desde que a ideia se mantenha.” -----

**Kelly Silva** referiu: “ Recordo perfeitamente do projeto apresentado pelo Marco Geração na altura, era um projeto muito interessante mesmo sobre o comércio digital. –

Efetivamente não avançou por falta de verba, não era um projeto barato, precisava de facto de um apoio e nós não tínhamos verba para isso. -----

Queria dizer que a ideia do Conselho Municipal do Comércio é uma boa ideia, mas que de facto tenho a noção que não é fácil articular, porque tenho a plena noção que tudo tem que partir da câmara municipal e da pessoa que está à frente do pelouro do comércio. -----

No entanto, tudo o que seja para desenvolver o comércio no Entroncamento, esta bancada está totalmente disponível para apoiar. -----

Relativamente ao projeto “viver o comércio” desenvolvido, nós agradecemos que efetivamente o “viver o comércio” continua a ser trabalhado, no entanto, continuamos a dizer que não está a ser trabalhado da maneira que foi criado, vemos que está só ligado a uma escola profissional do Entroncamento, vemos que está só a ser desenvolvido nesse sentido, não vemos muito mais, acho que se devia pensar melhor o que é que se pretende com o projeto “viver o comércio” porque não foi desenvolvido inicialmente com este objetivo que está a ser praticado. -----

Relativamente ao Natal, a nossa bancada falou em novembro na sessão da assembleia, perguntámos o que é que ia ser desenvolvido, disseram que sim, que iria haver alguns trabalhos com a associação dos comerciantes e achámos que não foi assim tão desenvolvido e portanto, pedíamos já nesta altura, que comecem já a preparar o Natal deste ano. -----

Também queria dizer que os comerciantes do Entroncamento estão totalmente disponíveis para aprovar, ajudar, participar até mesmo financeiramente se for o caso, para termos um Natal em condições.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Só há duas formas de alterar esta situação dos comerciantes, uma delas o CDS neste momento tem a possibilidade de o fazer, que é através do Governo limitar a atividade das grandes superfícies e dar meios ao comércio tradicional e aos pequenos comerciantes para poderem concorrer com as grandes superfícies. -----

Por outro lado, as câmaras exigirem aquilo que está a ser retirado, que é o poder de decisão nesta matéria em termos dos municípios que não têm qualquer poder nesta matéria.” -----

Interveio **Isabel Campaniço**: “ Embora represente o Presidente Ezequiel Estrada, vejo com bons olhos esta iniciativa, pelo que irei votar a favor, sendo que, esta comissão não seja apenas no papel, não seja apenas uma mera conjunção de pessoas que efetivamente se vão reunir e fazer mais uma reunião e que seja uma forma ativa de avançar.” -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO/DELIBERAÇÃO** -----

A moção/deliberação apresentada pelo CDS-PP, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes

---

das Juntas de Freguesia, três votos contra da Coligação Democrática Unitária e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Em relação a esta questão que acabámos de votar e eu que fui um crítico no passado nesta assembleia enquanto município. -----

Relativamente a isto, a iniciativa privada nada retira àquilo que deve ser feito à iniciativa privada, mas chega-se a uma determinada altura em que não prejudica, antes pelo contrário, haver alguma intervenção dos poderes públicos. -----

Aquilo por exemplo que muito critiquei nos executivos anteriores e que na parte final se tentou reverter com algumas medidas, nomeadamente com alguns programas que a Kelly enquanto detentora desse pelouro tentou implementar, mas o que é certo, é que se afundou demasiado e tentarmos reverter tudo de uma só vez e rapidamente não é assim tão fácil porque as coisas mudam muito rapidamente. -----

A questão do estacionamento que não tem diretamente a ver com o comércio e que na verdade afetaram a realidade comercial do concelho. -----

Se tivéssemos tido um órgão do género, um observatório, um espaço de encontro onde comerciantes e autarquia antes de decidir alguma matéria sobre a gestão da cidade, questões urbanísticas, o planeamento em si, penso que era extremamente positivo. -----

Não vejo com maus olhos a existência e até uma influência dos poderes públicos a tentar chamar ou capturar os privados para tentá-los perceber.” -----

Seguidamente **Pedro Gonçalves** apresentou a seguinte Proposta de Recomendação: -----

#### **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

#### **«IMI FAMILIAR»** -----

**«Vem recomendar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no nº 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em 10% para as famílias com 1 filho, em 15% para as famílias com 2 filhos, e em 20% para as famílias com 3 filhos.»** ---

1. O Orçamento de Estado para 2015, a par da reforma do IRS e da nova redução da taxa de IRC, veio iniciar o desagravamento fiscal incidente sobre os cidadãos, as empresas e as famílias, sublinhando os resultados do esforço percorrido de contenção orçamental, a manutenção do rigor das contas públicas e o crescimento económico. -----
2. Veio concretizar, nomeadamente, medidas de proteção das famílias e de incentivo à natalidade. -----
3. Por outro lado, na sequência da introdução do quociente familiar no IRS, foi introduzido um benefício fiscal para as famílias com filhos em sede de IMI, permitindo aos municípios reduzirem a taxa de IMI em 10% para as famílias com 1 filho, 15% para as famílias com 2 filhos e 20% para as famílias com 3 filhos.
4. Fica assim consagrada a possibilidade dos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, reduzirem a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), consoante o número de dependentes a cargo. -----
5. A aprovação desta recomendação não implica só produz efeitos na liquidação do imposto em 2016. O seu impacto nos orçamentos futuros pode ser acautelado pela adoção de medidas de controlo da despesa municipal, nomeadamente despesas de funcionamento. -----

- 
6. Justifica-se fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, e atendendo ao número de dependentes, nos termos do previsto no n.º 13 do Art.º 112º do Código do IMI, porquanto: -----
- a) As famílias com dependentes têm despesas acrescidas; -----
  - b) A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida; -----
  - c) A redução da taxa de IMI, que se recomenda, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho.-----
7. Em reconhecimento dessa realidade, reduzir o IMI aos nossos munícipes nos termos da lei, é uma das medidas que podem ser tomadas, com alcance direto para muitas famílias e para o desenvolvimento do nosso concelho.-----

Assim, o Membro desta Assembleia Pedro Miguel Faria Gonçalves, eleito pelo CDS-PP, Recomenda que esta Assembleia:-----

**Recomende ao Executivo a indexação da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a saber: -----**

- i. em 10% para as famílias com 1 filho, e**
- ii. em 15% para as famílias com 2 filhos, e**
- iii. em 20% para as famílias com 3 filhos.**

Interviu **António Ferreira**: “ No primeiro ponto diz que vem iniciar o desagravamento fiscal incidente sobre os cidadãos, queria dizer que de facto houve um desagravamento de 250 milhões de euros em sede de IRC, mas houve um agravamento de mais de 250 milhões de euros no IRS, aliás, um dos nossos deputados na Assembleia da República demonstrou isto com um Lego. -----

Também não compreendo como é que se há de fazer através do IMI, se o IRS é o imposto que pode criar justiça nesta área e é o mais eficiente. -----

Em termos de IMI, muitas das pessoas têm muitos filhos e dificuldades económicas e não têm casa própria, vivem em casas arrendadas, por outro lado, o próprio CDS-PP em conjunto com o Governo, decidiram criar novo paradigma nesta área, que em vez das pessoas comprarem casas, arrendem casas, mais uma forma de não chegar a uma grande parte da população. -----

Para terminar, Planos, PAEL e outras situações que levaram à diminuição das receitas por parte das autarquias, a maiores despesas, transferências de competências, sem a devida mochila financeira, como é que se vai exigir à autarquia que não consegue cumprir com a diminuição do IMI em 10%, agora assumir esta responsabilidade em relação às famílias numerosas, isto é área do IRS nitidamente, é a partir daqui que se pode fazer esta política. -----

Devolvam o subsídio às crianças, devolvam uma série de despesas que o Estado fazia nas escolas e outras áreas.” -----

Prossiguiu **Luís Grácio**: “ Relativamente ao IMI e em se de aprovação da nova Lei das Finanças Locais, o Bloco de Esquerda propôs na Assembleia da República a existência de uma taxa especial mais reduzida para imóveis destinados a habitação própria permanente, foi o Projeto-lei nº 351/XII, que foi rejeitado com os votos contra do PSD, CDS-PP e do PS. -----

Esta proposta visava reduzir a tributação sobre imóveis destinados a habitação própria e permanente em consonância com o direito constitucional habitação e

---

sobretudo por uma grande injustiça na tributação do património visto que os contribuintes que possuem casa própria, muitas vezes adquiriram a habitação com recurso a financiamento bancário e são tributados com um património que não têm, porque começam a pagar IMI antes do património ser seu. -----

Com o Orçamento de Estado de 2015, o Governo vem abrir a possibilidade das famílias numerosas gozarem da redução do IMI, apesar de alguma bondade nesta medida, a verdade é que a mesma encerra uma grande injustiça não beneficiando outras realidades como por exemplo os idosos ou os jovens, outro setor fragilizado. -----

Se o CDS quisesse fazer alguma coisa defenderia o direito fundamental à habitação e desagravaria tal como o Bloco propôs a tributação em sede de IMI da habitação própria e permanente, aquela que é destinada a satisfazer as necessidades básicas do seu proprietário, mas não, o CDS fez outras opções. -----

Em nossa opinião o CDS escolheu mal a lição e veio aqui fazer alguns números demagógicos e extemporâneos, nem este é o momento para fixar as taxas do IMI, nem o CDS pode despoletar o processo visto que há uma reserva da iniciativa da câmara. -----

Prevendo o atual Código do IMI a possibilidade de redução de taxas em imóveis arrendados, não deixa de ser curioso, e nos casos em que o potencial proprietário com pagamento de empréstimo bancário a decorrer de habitação própria não tem direito a esse desconto, o CDS prefere defender os mais abastados em prejuízo dos mais necessitados, além de que, este é um desconto cego, pode beneficiar pessoas e famílias carenciadas com muitos filhos, mas pode perfeitamente a alguém que tem um grande palacete, ser perfeitamente beneficiado desnecessariamente. -----

O CDS devia ter vergonha das políticas de empobrecimento e do saque fiscal aos quais nem os seus queridos velhinhos escaparam com esta atitude demagógica.” -----

Referiu **Fernanda Alves**: “ Esta recomendação do CDS faz-nos tecer algumas considerações. -----

Todos nós sabemos que este Governo com uma mão dá, com outra mão tira, também já estamos habituados a isso e sofremos todos na pele a questão dos aumentos dos impostos, a pobreza na nossa sociedade, o crescente desemprego das tomadas de posição pelo Governo atual. -----

Relativamente a esta questão do IMI, aflige-nos um pouco que todas estas situações sejam deixadas nas mãos das autarquias. -----

A Câmara do Entroncamento, quando do seu programa eleitoral e todos sabem, já debatemos isso aqui algumas vezes, fez uma promessa e apesar das dificuldades financeiras com que se depara, a câmara já está a tentar não só cumprir aquilo que está proposto fazer-se, descendo até ao final do seu mandato, o IMI para 12,5% abrangente a todas as famílias. -----

Se é uma recomendação não vemos mal nessa situação mas gostávamos de enfatizar esta questão do IMI e que também me parece um pouco discriminatória, o que não quer dizer e penso que todos nós devido a esta crise que vivemos, gostaríamos de ajudar aqueles que passam por maiores dificuldades, mas também já foram aqui apontadas nesta assembleia algumas situações que provavelmente esta questão não iria atingir aqueles que mais necessitam. -----

De qualquer forma, não vemos qualquer problema que esta recomendação seja feita à câmara, temos a certeza que o executivo podendo e para além de cumprir aquilo que está a fazer, avaliar no final se poderá ou não ter capacidade, ou se poderá ou não ter em consideração esta recomendação do CDS. “ -----

**Pedro Gonçalves** referiu: “ Queria fazer uns exercícios de matemática, sei que há aqui algumas pessoas mais formadas do que eu neste aspeto. -----

---

Mil euros a dividir por duas pessoas daria 500 euros. Mil euros a dividir por três, daria 333,33 euros, estamos a falar de ser discriminatória mas a discriminação existe se nós tivermos em conta estes números? Não. -----

Um agregado familiar que sejam duas pessoas, são a dividir por dois, obviamente que tem muito mais disponibilidade financeira, do que uma entidade que tenha mil euros a dividir por três pessoas. -----

Presumo que a esquerda, não a esquerda totalmente, ao ser contra a baixa do IMI pelas famílias, também deve estar contra a natalidade, nós precisamos de natalidade, precisamos que Portugal cresça, nós temos das piores taxas de natalidade da Europa. ----

A discriminação existe e é uma discriminação positiva que eu não a assumo, agora uma família sem filhos não é a mesma coisa que uma família com filhos, as despesas são maiores. -----

Votar contra, na minha opinião, é votar contra a natalidade, é votar contra o apelo a esta baixa do IMI, é verdade que a câmara pode não ter dinheiro, mas nós estamos cá para ajudar a fazer contas e ajudar a poupar aonde for possível com medidas práticas, coesas e acima de tudo eficazes. -----

Acredito que esta recomendação passando, que o executivo poderá acolhe-la, poderá implementá-la, porque acreditamos que o Entroncamento é uma cidade que precisa de crianças e é uma cidade que precisa renascer.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “ Era um bocado para falar da demagogia que o deputado hoje está aqui com a veia toda. -----

Eu tenho dois filhos e nunca fiz contas, faço contas à minha vida, mas nunca fiz contas a como é que ficava cada filho. -----

O problema não está no número de filhos, está na capacidade que as famílias têm para responder às necessidades, se uma família tiver grandes recursos pode ter dez ou vinte filhos, se tiver poucos recursos com dois ou três filhos está a situação complicada, portando é de uma pura demagogia o que está a falar.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ O Governo PSD/CDS-PP obrigou as câmaras a reduzir a sua dívida em 1/3 desde 2012 até ao momento, ou seja, como é que querem com esta situação e esta falta de recursos, que levam cortes nas associações e nas instituições sociais, como é que querem que a câmara assuma esta responsabilidade.” ---

#### **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

A proposta de recomendação apresentada pelo Centro Democrático Social, foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e sete votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Partido Socialista. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Votei contra esta proposta de recomendação porque a acho verdadeiramente estapafúrdia, sem sentido e profundamente discriminatória. -----

Já tinha dito ao senhor deputado o que é que achava desta proposta, manifestei o sentimento pessoal daquilo que acho em relação a uma proposta deste género e espero que nunca seja implementada e levada a sério pela câmara municipal.” -----

Seguidamente o Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Moção: -----

#### **MOÇÃO - Saudação**-----

**Às Mulheres e ao 8 de Março, Dia Internacional da Mulher** -----

---

A Assembleia Municipal do Entroncamento assinala e saúda o Dia Internacional da Mulher, consagrado pela ONU desde 1975 como forma de lembrar e sensibilizar para as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres. -----  
Apesar da grande evolução verificada nas sociedades modernas no que concerne aos direitos entre homens e mulheres, este dia continua ainda a fazer sentido, nomeadamente - e não podemos deixar de lembrar este facto - pelos números da violência doméstica, nos últimos anos, no nosso país que atinge maioritariamente as mulheres. Segundo dados da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta nos últimos dois anos (2013 e 2014) a violência doméstica deixou 107 crianças órfãs de mãe. O ano de 2014 foi mesmo um dos mais negros no âmbito da violência contra as mulheres estimando-se, em média, 73 queixas por dia, três por hora. ----  
A Assembleia Municipal do Entroncamento considera pois que, apesar dos avanços da cidadania e dos direitos humanos nas sociedades democráticas, continua atual o alerta para a importância da luta das mulheres pela igualdade e pela plena inserção na sociedade e assim saúda todos os que no nosso concelho, no nosso país e pelo mundo inteiro resistem e lutam pela igualdade, liberdade, justiça, dignidade, solidariedade e paz. -----

**Telma Jorge e Fernanda Alves**, subscreveram e reforçaram o conteúdo da Moção. -----

#### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “ *Quem não se sente, não é filho de boa gente*” que a palavra fique registada para o senhor Presidente da Assembleia. -----

O CDS-PP do Entroncamento tem uma campanha a decorrer, não é uma campanha é a nossa maneira de estar que é o Entroncamento do cidadão para o cidadão e estamos a receber algumas informações dos residentes do nosso concelho, que queria apresentar e receber resposta do senhor Presidente da Câmara. -----

O jardim na zona do Casal Saldanha, na rua José Afonso, inclusivamente já publicámos algumas fotografias e é de lastimar o estado. Este executivo já está em funções há mais de ano e ainda não resolveu olhar para aquele espaço e acho que deviam olhar para ele com rapidez e celeridade. -----

Existe um outro tema que me está a preocupar, que são as lamas da reserva natural do Paul Boquilobo, não só pela questão ambiental, mas também pelo que se vai ouvindo na nossa comunicação social, que a câmara de Torres Novas quer imputar uma quantia para retirar aquelas lamas e parece que o Entroncamento tem uma vala que vai desaguar ao Paul Boquilobo e que contribui para essas lamas que estão contaminadas e que deveríamos saber em que ponto está esta situação e quias é que serão os custos que poderão estar imputados à nossa autarquia. -----

Ouvi com curiosidade a entrevista que o senhor Presidente da Câmara deu ao EOL e ao Notícias do Entroncamento e ouvi falar do transvase da Ribeira de Santa Catarina, parece uma excelente ideia, mas há uma questão fundamental, o transvase vai diminuir o curso da ribeira e como o senhor Presidente referiu, que iria um fio de água a correr, será esse fio o suficiente para levar as descargas ilegais para a ribeira? Será esse fio suficiente para evitar os maus cheiros? O que fazer dessas descargas ilegais que estão a correr para a ribeira Santa Catarina depois do transvase? -----

---

Chegou-nos uma preocupação, que também é preocupação desta assembleia, de relatos semanais de incidentes com a passagem superior da nossa estação, sei que a nossa câmara já diligenciou junto da REFER, mas a REFER não está recetiva, nós também já tentámos interceder junto de quem era possível, mas não queria deixar de registar esta situação. -----

Existe um problema na rua Luís Gomes, que é uma lomba que coincide com a ribeira Santa Catarina, ou a lomba está demasiado elevada, ou o pavimento antes da passadeira abateu e aonde carros normais a 20 km hora estão a roçar, seria bom analisar.

Existem diversos cruzamentos na nossa cidade que deviam ter espelho convexo, sei que alguns cruzamentos já o tiveram mas foram vandalizados, mas é preciso criar condições para que possam ficar lá e sejam úteis. -----

Lembro-me da existência de um espelho no cruzamento da rua da Esperança com a rua da Igreja, foi vandalizado, não existe e na semana passada houve dois acidentes. –

A rua da Caridade tem três tipos de sentidos, dois sentidos: nascente/poente e poente/nascente, a polícia já foi chamada por diversas vezes porque a sinalética não está visível, ou os condutores não a respeitam, ou então podem ficar confusos, visto ser uma rua com três sentidos com menos de quinhentos metros, seria bom verificar esta situação.” -----

Intervio **Fernanda Rolo**: “ No dia seis de fevereiro na edição de “conversas com café”, um ciclo de tertúlias temáticas da iniciativa da Câmara Municipal, o tema abordado foi: “Alimentação e Vida Saudável “, neste espaço foram abordados assuntos das áreas nutricional e desportiva, hábitos para uma vida mais saudável. -----

O PS do Entroncamento, na liderança da câmara e sobre o mote “uma cidade para as pessoas” tem organizado iniciativas nas áreas do lazer e desporto, nomeadamente zumbas, caminhadas e passeios em bicicleta. -----

O Partido Social Democrata do Entroncamento, sempre entendeu a saúde e o bem-estar como uma das áreas prioritárias para o nosso concelho. -----

Recorde-se que, por exemplo o “Centro Municipal de Marcha e Corrida”, uma iniciativa do nosso mandato anterior autárquico, que nos orgulhamos de o ver a funcionar, contribui para a qualidade de vida a que os nossos munícipes se habituaram com o PSD. -----

Recordamos também que em 2013 criámos “o comboio da fruta”, uma parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho, após termos verificado que no nosso concelho existiam incorretos hábitos alimentares por parte de muitas crianças em idade escolar. –

A criação e implementação deste projeto teve como objetivo primordial a introdução de hábitos de alimentação saudáveis junto dos mais jovens para tentar colmatar erros alimentares existentes, este projeto previa a distribuição de fruta a crianças que frequentam a educação pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico nos estabelecimentos de ensino público do concelho. -----

O projeto teve início em abril de 2013 com a distribuição de fruta aos alunos três dias por semana, com a intenção explícita de passar a ser distribuída diariamente durante o ano letivo de 2013/2014 e assim o fizemos, no total de 900 crianças do ensino público do nosso concelho, recebiam três vezes por semana as suas peças de fruta às segunda, quarta e sexta-feira, durante um intervalo da manhã, uma iniciativa bem recebida e importante para a educação das nossas crianças, bem como a adoção de atos de vida saudáveis. -----

A partir do ano letivo 2013/2014, as nossas crianças já não recebem as peças de fruta, defraudam-se as expectativas e abandonou-se uma prática promotora de saúde e de qualidade de vida. -----

---

Lançamos portanto a questão, como podem os eleitos do PS entre a organização de encontros e iniciativas de âmbito desportivo e tertúlia sobre alimentação saudável, quebrar a continuidade do “comboio da fruta”, quebrando assim a adoção de hábitos saudáveis. -----

É esta a cidade para as pessoas? -----

As pessoas nascem e crescem e é durante a infância que os hábitos se enraízam, quebrar ou não instituir este hábito saudável, pode pôr em causa o crescimento saudável das nossas crianças, aumentando o risco de desenvolvimento de sérios problemas de saúde, como a obesidade. -----

Uma cidade para as pessoas, deveria não apenas ser um mote ou uma utopia mas sim um verdadeiro princípio numa base de ação. -----

A suspensão do “comboio da fruta”, deve e tem que ser esclarecida publicamente perante toda a nossa população, as crianças também são pessoas, são os homens e as mulheres de amanhã.” -----

Prossigui **João Canaverde**: “ Queria falar da falta de máquinas multibanco na cidade. -----

A zona norte do Entroncamento tem apenas uma máquina multibanco situada num local público, a funcionar em pleno durante as 24 horas do dia. -----

Esta máquina está instalada junto a um café na rua Carlos Ayala Vieira da Rocha, que tem tido uma crescente utilização que provoca algumas vezes ficar sem notas para disponibilizar aos utilizadores face aos muitos pedidos de levantamentos. -----

Apesar de na zona norte não existirem agências bancárias, há máquinas de multibanco colocadas nas superfícies comerciais, cujas utilizações estão condicionadas ao horário de funcionamento desses estabelecimentos. -----

Tendo em conta que a zona sul, que até tem menos habitantes que a zona norte, já existem dez máquinas em pleno funcionamento, sugerimos que a câmara junto dos bancos com que trabalha, solicite uma análise desta situação e que interceda junto da empresa que instala estas máquinas para que esta irregular distribuição de multibanco seja corrigida, e assim, a zona norte seja contemplada com mais máquinas para agrado dos muitos residentes daquela zona.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Era uma chamada de atenção para as passadeiras e para as periferias das passadeiras, sei que as coisas não estão fáceis de tudo o que é trabalhos minuciosos e há falta de verbas para todo o lado, mas atendendo ao concelho que somos, mesmo assim, deviam dedicar um bocadinho mais de atenção a essa área. ---

Para quando a abertura do Museu Nacional Ferroviário? -----

Para quando a ligação da ETAR que já está em fase de conclusão ao restante sistema e como é que as coisas estão a decorrer. -----

Quais as consequências do PAEL sobre os cortes às associações e instituições de solidariedade social. “ -----

Referiu **José Baptista**: “ Alguns pontos rápidos, de forma telegráfica. -----

Sobre a carta enviada pelo executivo à REFER a propor a compra do Bairro Camões, por um euro, pelo que percebi já houve uma resposta por parte da REFER e portanto, queria que o senhor Presidente da Assembleia solicitasse ao senhor Presidente da Câmara, qual é que foi a resposta da REFER e quem é que mandou a câmara, porque me parece, que o executivo não deliberou fazer uma proposta a perguntar à REFER se aceitava um euro pela compra. -----

Foi aqui falado com base na saudação ao dia da mulher, a questão da luta pela igualdade, mas se calhar faz sentido nós percebermos que hoje em dia a violência doméstica não é só contra as mulheres, é também contra homens. -----

---

Há uma campanha nova que já fiz publicidade no Facebook, que é: “*Quem ama não agride*” e “*Namorar com fair play*” e portanto, recomendar ao executivo municipal que adira à campanha e que publicite junto dos nossos jovens, porque cada vez mais os exemplos que nos chegam, são de uma brutal violência no namoro entre os jovens. -----

Queria perguntar o que se passa com o Conselho Municipal da Juventude, que já aqui foi proposto e que tinha sido uma bandeira de campanha e que não foi implementado ainda. -----

Recebi uma comunicação, como creio as restantes bancadas e os vereadores, do teatro Poucaterra, da falta de um apoio aprovado anteriormente, relativo ao quarto trimestre de 2013, queria perceber o que se passa. -----

Ofício também que recebemos da União Futebol do Entroncamento, sobre o fim do financiamento de publicidade ao clube da cidade, que foram informados em dezembro e alegam questões orçamentais e de outra ordem, por não terem sido informados atempadamente e portanto perceber o que se passou. -----

Dar nota que a vereadora Isilda Aguincha não está hoje porque está fora do País em serviço e que pediu para informar a assembleia de que foi contactada pela senhora Embaixadora de Cabo Verde e saudar obviamente o evento que houve no Pavilhão Municipal, para agradecer o gesto simpático ao povo do Entroncamento por aquilo que fizeram pela ilha do Fogo e pelo concelho de Mosteiros. -----

Recebi uma carta que não consigo perceber-la ao todo, e por isso preciso de um esclarecimento, que se refere a um loteamento na zona do E'Leclerc e creio que se encontra em consulta pública. -----

A senhora que me mandou esta nota, diz-me que a alteração que está agora em consulta pública ocupa um espaço do domínio público não sei se é verdade ou não e precisava de um esclarecimento. -----

Que a informação menciona que a taxa por se ocupar um espaço público será determinada quando for emitido o parecer final, que é emitido o valor que será pago por esta entidade privada. -----

Diz ainda, que o espaço público não pode passar a ser propriedade de um particular, sem que a Assembleia Municipal se pronuncie e em que condições porque dá azo a qualquer particular tomar posse de terrenos públicos.” -----

Passou-se de imediato à ordem dos trabalhos. -----

### **ORDEM DOS TRABALHOS**

#### **PONTO NÚMERO UM**

#### **LISTA DOS JUÍZES SOCIAIS**

Não votaram por fazerem parte da Lista, Fátima Roldão e José Leote. -----

Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número um da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Vinte e um votos a favor da Lista dos Juízes Sociais. -----

#### **PONTO NÚMERO DOIS**

#### **ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, NO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número dois da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

---

Vinte votos a favor do Presidente da Junta de freguesia de São João Baptista; -----

Três votos em branco. -----

**PONTO NÚMERO TRÊS** -----  
**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA – DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2º GRAU E CHEFE DE UNIDADE, INOVAÇÃO, RECURSOS HUMANOS E EDUCAÇÃO – DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3º GRAU E CONSTITUIÇÃO DOS RESPECTIVOS JÚRIS** -----

Não existindo pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu-o à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O ponto número três “**Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento e Seleção do Chefe de Divisão de Gestão Urbanística – Dirigente Intermédio de 2º grau e Chefe de Unidade, Inovação, Recursos Humanos e Educação – Dirigente Intermédio de 3º grau e Constituição dos Respetivos Júris**”, foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

**PONTO NÚMERO QUATRO** -----  
**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E CONSTITUIÇÃO DO RESPECTIVO JÚRI** -----

Não havendo interessados em intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO** -----

O ponto número quatro “**Proposta de Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento e Seleção do Chefe de Divisão de Administração Geral e Constituição do Respetivo Júri**”, foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

**PONTO NÚMERO CINCO** -----  
**PROPOSTA DE DISSOCIAÇÃO DA A.LOGOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ASSESSORIA E ENSAIOS TÉCNICOS** -----

Pediu a palavra **Fátima Roldão**: “Perante a exposição e a análise apresentada aos documentos que nos foram entregues, concluímos que efetivamente esta associação representa mais um exemplo de má gestão e pouca eficiência financeira verificando um descontrole dos custos, nomeadamente nos últimos quatro anos, conforme é relatado nos documentos enviados. -----

Como foi demonstrado, os gastos em pessoal foram sempre crescentes em contraciclo àquilo que tem sido exigido aos municípios em geral. -----

Verificou-se mesmo, que o peso dos gastos com o pessoal nos rendimentos globais foi subindo cada vez mais chegando a 45,2% em 2013, o que é de todo inaceitável para uma empresa que presta serviço aos municípios e em grande parte financiada pelos mesmos. -----

---

Tendo em atenção que o benefício do município se reportava apenas aos serviços de análise à água distribuída aos munícipes através da rede pública municipal, não consideramos também que seja de todo razoável a continuidade nesta associação. -----

Alertamos para o facto de este ser apenas mais um exemplo entre muitos outros casos de parcerias e ligação a entidades externas que na maior parte das situações se revelam danosas e pouco eficientes para os municípios. -----

O município do Entroncamento havia aderido à associação A.Logos em 1998, sendo também sua responsabilidade avaliar regularmente quais os resultados e impactos desta prestação de serviços, seus custos e benefícios numa óptica de boa gestão dos dinheiros públicos e de uma efetiva qualidade dos serviços contratados. -----

Nós estamos de acordo com a saída desta associação, achamos contudo, que o município tem também o dever de uma maior supervisão e avaliação neste tipo de parcerias.” -----

Interveio **António Miguel**: “ Relativamente à dissociação da associação A.Logos, que é uma associação de direito privado de interesse público e sem fins lucrativos, constata-se que existe um aumento consolidado negativo dos resultados antes de impostos atingindo 16,1% no peso dos rendimentos no ano de 2013, o que evidencia uma gestão deficitária, isto é, menos conseguida no último quadriénio. -----

Por isso, consideramos de todo o interesse concelhio a desvinculação o que apresenta ganhos imediatos em termos de custos na prestação dos serviços no seu conjunto e não querendo fazer premonições, o presente abandono da A.Logos, deixa-nos tranquilos quanto ao seu futuro”. -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ A A.Logos é como uma série de outras instituições onde a câmara faz parte, uma daquelas situações que só vem aqui quando já não havia nada a fazer. -----

Conforme aconteceu com a A.Logos, não venha a acontecer com a Fundação do Museu Nacional Ferroviário, como está a acontecer com a RESITEJO, nós pedimos informações sobre estas instituições e elas nunca aparecem, só soubemos como ela funciona agora que é para dissociar-nos. -----

Entendemos que a A.Logos neste momento, para além dos serviços que prestam à câmara, prestam outros serviços a outras instituições e empresas e trabalham muito na área de Abrantes. -----

Entendemos também, que como parceria público privada que é de facto, não trouxe grandes valias para o Entroncamento e nós conseguimos valores muito mais baixos, não pondo em causa os outros parceiros municipais o que é muito importante. –

Há um concelho que falou em deixar a RESITEJO, deixando os outros parceiros com o menino na mão, o que não vai ser fácil de resolver, aqui a questão das autarquias que vão continuar nisto fica minimamente acautelado e portanto estamos de acordo.”-----

Continuou **José Baptista**: “ O objetivo da constituição desta associação e a presença do município do Entroncamento, cinge-se como vem na informação e como todos sabemos há muito tempo com as análises à água que é efetuada. -----

Há muitos anos que vimos falando nesta assembleia dos problemas que há com a A.Logos, da necessidade ou não da A.Logos, de ter que ser estudada na A.Logos, saía-se da A.Logos, saía-se de uma vez por todas com as contas feitas, garantir que o município faz as devidas análises e que não há risco nenhum para os utentes dos serviços de água fornecidos pelo município.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO** -----

O ponto número cinco “ **Proposta de dissociação da A.Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos**” foi aprovado por

---

unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **PONTO NÚMERO SEIS** -----

#### **ISENÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2015** -----

Pedi a palavra **Marco Geração** “ Tendo em conta os dois pontos discutidos na reunião de câmara, o Bloco está de acordo. -----

No entanto e seguindo a mesma linha do vereador Carlos Matias, nós achamos que a câmara deveria ter ido mais longe e deveria isentar o mobiliário urbano, deveria isentar as esplanadas até aos seis metros. -----

Quero reforçar a ideia que o Bloco tem para apresentar e apoiar medidas concretas, não apoiamos medidas avulso nomeadamente a criação de conselhos consultivos ou outras situações que não são referências diretas para a nossa população, isentar a taxa até aos seis metros quadrados é realmente uma medida objetiva, é uma medida que tem um impacto direto e imediato no comércio do Entroncamento. -----

Nós não somos contra a família, não somos contra o comércio, esta bancada do Bloco de Esquerda é sim a favor de soluções concretas e objetivas.” -----

Prossigui **António Ferreira**: “ Nós somos a favor da proposta aqui apresentada.

Temos uma questão a levantar que nos preocupa, isto vai até um determinado escalão, depois desse escalão para cima são poucos os comerciantes que estão a pagar neste momento devido à implementação desta medida, mas dos poucos comerciantes que ficaram a pagar, que não estão abrangidos por esta isenção, há uma situação de uma certa injustiça que é necessário corrigir o mais depressa possível, porque os valores dos aumentos para estas pessoas são valores extremamente elevados. -----

Nós aprovámos recentemente as taxas não urbanísticas e um dos pressupostos para a votação das taxas é que não havia aumentos substanciais dessas taxas, atendendo à taxa de inflação e a uma série de outras questões e estes casos devem ser revistos o mais depressa possível, para não criar alguma injustiça entre os comerciantes.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ A câmara está sensível para estas situações. -----

Estive presente na última reunião de câmara, essas situações foram faladas e vão ser verificadas porque efetivamente têm que ser corrigidas.” -----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “ Para dizer que vamos votar favoravelmente, mas estranhei aqui uma certa coisa, acusaram-me de demagogo ainda há pouco por eu querer aliviar as famílias com filhos, e agora querem aliviar pessoas que vão ter lucro com as esplanadas e afins, era só para lembrar que a demagogia não é só para o mesmo, é para todos.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS** -----

O ponto número seis “ **Isenção de Taxas para o ano de 2015**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **PONTO NÚMERO SETE** -----

#### **PROJETO DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO** -----

Pedi a palavra **António Miguel**: “ O PS congratula-se pelo trabalho desenvolvido na consonância dos regulamentos e da sua adaptação ao atual quadro

---

normativo e salienta que este regulamento e os dois pontos seguintes são um importante instrumento de gestão nas matérias versadas, pelo que nos apraz registar a sua apresentação e aprovação.” -----

Intervio **Luís Grácio**: “ Faz o regulamento uma extensão clara entre a entidade titular e a entidade gestora. -----

O regulamento que é proposto fixa o município como entidade titular a quem cabe “assegurar a provisão do serviço de água”. Já a entidade gestora é a câmara municipal “responsável pela conceção, construção e exploração do sistema público de abastecimento de água”. -----

Uma decisão aparentemente inocente, mas que na verdade, permite acolher regularmente uma eventual futura privatização da função de gestão. Uma ideia há muito defendida pela direita e em certos momentos também propagada por alguns setores do PS. -----

O capital está em busca de novas áreas de negócio e o setor da água, assim como o dos resíduos, é especialmente cobiçados, o setor das águas e saneamento assim como os resíduos urbanos são monopólios naturais de renda garantida, para alguns não existem melhores negócios, negócio garantido, receita assegurada sem esforço, sem necessidade de imaginação, basta a iniciativa de influenciar quem legisla. -----

O modelo de regulamento proposto não define nenhuma privatização, mas permite enquadrá-la regularmente. A registar e isso é preocupante. -----

Os alertas que fizemos na discussão na câmara, alertando para o facto de este regulamento não poder significar um passo atrás nalguns apoios sociais já consagrados noutros regulamentos, como por exemplo o regulamento do Cartão Entroncamento Solidário, e o regulamento do Cartão Municipal do Idoso (cartão B), tiveram o devido acolhimento garantindo o não retrocesso em apoios sociais consignados nesses regulamentos. -----

Pese embora as objeções que acabámos de fazer, iremos votar favoravelmente.” –

Proseguiu **António Ferreira**: “ Concordamos com o regulamento devido àqueles dois pontos, a pertença do município e a gestão que continua na mão do município. ----

No entanto e como já foi aqui referido pelo Bloco de Esquerda, nós também nos preocupa, há uma série de entraves e condicionantes que a ERSAR envia para os municípios e que estão claras e vou chamar à atenção para uma, mas há muitos mais: ---

A questão do princípio do utilizador/pagador, significa que as questões sociais aqui são homologadas para segundo plano, outras questões que também nos preocupa que é a questão da consignação de 50% das receitas cobradas aos sistemas em alta que vão ser diretamente afetos aos distribuidores neste caso às Águas do Centro. -----

Faço um apelo ao senhor Presidente da Câmara que no seguimento da moção aqui aprovada, seja de facto implementada e que a Câmara do Entroncamento faça um esforço também junto das outras câmaras no sentido de serem um entrave à verticalização e concentração dos sistemas para uma posterior privatização de uma coisa que a gente já sabe que acaba por ser vendido a estrangeiros e nesta questão da água é muito importante que fique nas mãos dos portugueses e das autarquias.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Se bem percebi na informação da câmara, aquilo que estamos aqui a discutir é a atualização de um regulamento, com a alteração de dois artigos.” -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE** -----

O ponto número sete “ **Projeto de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Concelho do Entroncamento**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social

---

Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

**PONTO NÚMERO OITO** -----

**REGULAMENTO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO** -----

Não existindo pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO** -----

O ponto número oito “ **Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho do Entroncamento**”, foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

**PONTO NÚMERO NOVE** -----

**ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E DE LIMPEZA URBANA DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO** -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Isto é válido em relação aos três regulamentos que estamos aqui a aprovar. -----

Na parte da CDU, nós fazemos sempre questão em todo o lado, que estes serviços em baixa fiquem sempre nas mãos das câmaras, que é uma garantia futura para que não haja a privatização e que não seja tão apetecível para os monopólios agarrarem nestes setores. -----

Chamo à atenção, que a câmara da Chamusca acaba de entregar a recolha dos resíduos comuns em baixa à RESITEJO o que é um mau precedente, está em causa neste momento a própria gestão daquela entidade, não merece o nosso respeito neste momento e a nossa confiança em relação àquela instituição, não só por aquilo que fez em relação à proposta de privatização com a alteração dos estatutos, mas também a aceitação da recolha em baixa do município da Chamusca, não sei se os outros municípios aceitaram, não é o objetivo daquela instituição. -----

É mais uma questão que nos leva à desconfiança do senhor Diamantino e à direção que está neste momento na RESITEJO.” -----

Referiu **Fátima Roldão**: “ Nós também iremos aprovar este regulamento mas queremos fazer uma breve consideração. -----

Este regulamento deveria contemplar uma vertente mais pedagógica e mobilizadora junto dos munícipes no sentido da sensibilização ambiental e da informação dos equipamentos, separação e posição dos resíduos, preocupações que deveriam ter sido contempladas no artigo 10º (Deveres da Entidade Gestora). -----

Continuamos também a achar, na mesma linha de pensamento, que o regulamento devia ser disponibilizado a título gratuito e disponibilizado de outras formas, para além das referidas no artigo 9º. -----

Uma vez aprovado este regulamento, como parece irá ser, aconselhamos que possa ser reproduzido e distribuído pela população com intuídos de educação cívica e ambiental, porque consideramos que este regulamento tem uma grande importância cívica.” -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE** -----

---

O ponto número nove “ **Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza Urbana do Concelho do Entroncamento**” foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

**PONTO NÚMERO DEZ** -----

**APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO** -----

Interveio **José Baptista**: “ Sei que o senhor Presidente deu uma entrevista ao entroncamentoonline, não consegui ler toda a entrevista, mas naquilo que se referiu no que está a ser feito no setor das águas, queria questioná-lo se aquilo que está a ser feito são medidas de uma nova contratação com a empresa, ou se é tudo aquilo que já estava protocolado anteriormente e que estava decidido anteriormente. -----

Senhor Presidente, quero-lhe pedir autorização, porque no PAOD não o fiz por mero esquecimento e quero em nome da bancada do PSD, endereçar ao Professor Francisco Neves os votos sinceros de agradecimento pelo serviço que teve à frente do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, ele que deixa agora o Agrupamento de Escolas para ser Delegado Regional de Educação e portanto, acho que é justo a cidade do Entroncamento reconhecer a qualidade dele e o empenho das equipas dele, ao longo dos últimos anos.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se há condições neste momento para interromper o contrato com as Águas do Centro, tendo em conta que o contrato inicial previa que se comesse as obras no primeiro ano e só agora estar a ser terminado as obras da ETAR. -----

Perguntar também, se está tudo a ser cumprido conforme estava no contrato inicialmente.” -----

Proseguiu **Luís Grácio**: “ Queria reforçar a pergunta que o António Ferreira acabou de fazer. -----

Sobre a entrevista já aqui falada, o senhor Presidente da Câmara falou sobre as obras do Cineteatro S. João, há novidades ou mais alguma coisa que possa adiantar relativamente à efetiva concretização durante este ano das obras?” -----

Segue-se a resposta do senhor **Presidente da Câmara**: “ Uma nota breve, hoje tivemos reunião da CIMT e havia várias câmaras que tinham reunião da Assembleia Municipal à noite e uma delas, era Sardoal tem uma característica, quer as reuniões da câmara, quer as da assembleia, são rápidas, começam às oito e acabam às nove horas.---

Nós já concluímos o acordo coletivo com o STAL e o SINTAP, em que um dos aspetos importantes é o horário das trinta e cinco horas, estando neste momento a aguardar a marcação da assinatura desse mesmo acordo e depois seguir-se-á o processo de tramitação normal, tal como outros concelhos estão à espera de clarificação dessa matéria. -----

No passado dia 16 de fevereiro, tomaram posse os órgãos sociais da nova Associação de Municípios do Vale do Tejo, que foi criada com a finalidade específica de gerir e rentabilizar o património que era propriedade da Assembleia Distrital, eu próprio faço parte da direção desse órgão, além da Chamusca que preside, Santarém, Tomar e Salvaterra de Magos. -----

Ainda que haja neste momento uma dificuldade já iniciada, como o processo de constituição desta nova associação e a tomada de posse não foi concluído nos 120 dias, que a Lei prevê, podemos estar numa situação de o património passar para a

---

Comunidade Intermunicipal da Lezíria, que está sediada onde estava a sede da Assembleia Distrital. -----

Também já aqui foi referido e queria realçar esse aspeto, a adesão que a cidade do Entroncamento teve relativamente à iniciativa solidária com a ilha do Fogo e a cidade de Mosteiros, tivemos uma receita de cerca de 7.500 euros, ainda não fechámos porque estamos à espera de uma empresa que se comprometeu em dar algum contributo e aliás, houve um expressivo agradecimento da senhora Embaixadora à Câmara Municipal, que esteve connosco a nosso convite nesse espetáculo e que ficou muito sensibilizada com a iniciativa da nossa cidade. -----

Relativamente ao jardim do Casal do Grilo, de facto não temos ainda capacidade financeira para investir, penso que está a referir-se ao jardim por detrás do CLAC, é uma das situações que está agendada para melhorar o aspeto daquele e outros espaços verdes.

Relativamente à ribeira do Paul Boquilobo, nós temos falado com Torres Novas, eles estão a fazer a limpeza, há também conversações com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e até agora ainda não tenho essa exigência de participação por parte do Entroncamento. -----

Em relação ao transvase da ribeira de Santa Catarina, é um projeto que já se fala há muitos anos, está contratualizado no âmbito do contrato de concessão com as Águas do Centro, como estavam outros contratos e compromissos, que pura e simplesmente não foram levados à prática nem tinha sido exigido o seu cumprimento. Obviamente que estamos a exigir o seu cumprimento, há um compromisso neste momento das Águas do Centro deste projeto ser dos primeiros a candidatar no âmbito do novo quadro e portanto, há aqui uma expectativa que no início do ano de 2016, este projeto de transvase da ribeira seja iniciado. -----

A passagem superior da estação, como sabem, é um processo que temos a promessa da REFER de alterar as entradas de meios de socorro na estação, mas até hoje infelizmente não se concretizou. -----

Relativamente à lomba e à rua da Caridade, vamos ver o que se pode fazer nessa matéria. -----

A senhora deputada Fernanda Rolo, fez aqui uma intervenção que fiquei sensibilizado. -----

Nós não damos fruta aos miúdos três dias por semana, damos todos os dias. -----

Esse projeto, quando tomámos posse, já tinha sido abandonado porque de acordo com as opiniões internas do setor da educação, foi um projeto que não se revelou com qualidade e que não funcionava, era a informação que nos foi transmitida, não fomos nós a decidir. -----

Devo dizer que estamos atentos e estamos a preparar uma candidatura a um projeto nacional para o próximo ano letivo designado "Heróis da Fruta", mas de qualquer modo, independentemente deste projeto, nas ementas diárias há uma preocupação que a fruta esteja presente." -----

A senhora **Fernanda Rolo**, questionou a intervenção do senhor Presidente da Câmara, pois tinha conhecimento que a situação tinha sido alterada. -----

Continuou o senhor **Presidente da Câmara**: “ Relativamente à colocação do multibanco, nós já solicitámos à Caixa Geral de Depósitos a colocação de uma nova caixa ATM, já obtivemos uma resposta daquelas que estão a analisar o processo, vamos insistindo porque é essa a nossa função. -----

Quanto à questão ETAR saneamento e Águas do Centro, vamos falar em conjunto e as condições para interromper o contrato com as Águas do Centro, essa foi uma avaliação que nós fizemos porque nós deparámo-nos com um contrato leonino que

---

impôs um conjunto de condições e ainda por cima, as obrigações por parte das Águas do Centro não estavam a ser cumpridas, a única coisa que estava a ser cumprida, era de forma lenta a construção da ETAR. -----

Tínhamos uma situação em que as Águas do Centro nos faturavam os afluentes com base nos números contratuais, que constavam no contrato de concessão aprovado pela câmara e assembleia e que, simultaneamente o imposto TRH que todos nós pagamos nas nossas faturas, a câmara tem que entregar o dinheiro às Águas do Centro e que depois é obrigada a entregar diretamente ao Estado, essa taxa era calculada com os caudais medidos em metros cúbicos, que serviam de calculo da base do imposto a pagar ao Estado e nós faturávamos 35% de metros cúbicos a mais, estamos a falar de uma diferença em dinheiro e os acordos que nós estamos a fazer com as Águas do Centro nessa matéria, o primeiro acordo foram de 350 mil euros. -----

Estamos a tentar corrigir algumas situações que eram de facto bastante pesadas para o nosso município. -----

A alternativa que tínhamos relativamente à saída das Águas do Centro, era mantermo-nos isolados ou aderir às Águas do Ribatejo e as Águas do Ribatejo têm uma característica que pode ser mau ou bom, têm uma característica, um processo integrado, têm uma tarifa única para todos os concelhos que integram as Águas do Ribatejo, tirando as tarifas sociais e sobretudo os concelhos transferirem a alta e a baixa para as Águas do Ribatejo. -----

A saída neste momento das Águas do Centro, era no mínimo um processo jurídico complicado e que nos tirava a possibilidade de valorizarmos a cidade com estas infraestruturas. -----

Também quero dizer, se as coisas correrem bem, até setembro vamos ter uma série de áreas esburacadas na cidade, mas tem o objetivo de melhorar significativamente o sistema de saneamento e o sistema adutor de águas. -----

Uma das ruas que vai estar em obras quase durante um ano, é a rua Doutor Costa Machado. -----

Relativamente ao PAEL e implicações nos apoios às associações, é uma imposição do PAEL que os apoios globais às associações sejam reduzidos 5% ao ano e portanto, nós temos vindo a aplicar essa redução procurando corrigir algumas situações de equidade ou falta dela, ou procurando apoiar associações ou diminuir o apoio conforme a sua dinâmica. -----

Quanto ao Poucaterra que o senhor deputado José Baptista referiu, posso dizer que todas as associações no final de dezembro tinha sido pago todos os apoios até ao final do terceiro trimestre de 2014. Quando fechamos o ano de 2014, todas as associações que tinham a documentação em ordem, tiveram o pagamento do terceiro semestre. -----

O Poucaterra foi justamente das associações que recebeu mais tarde, mas penso que ainda durante 2014 por razões que lhe são imputáveis não apresentaram a documentação necessária. -----

Outra associação que recebeu três trimestres por junto nos últimos dias de dezembro, foi o CADE por falta de entrega de documentos. -----

Infelizmente neste momento, por via da redução das receitas provenientes dos impostos municipais no primeiro trimestre, ainda não nos foi possível pagar o último trimestre de 2014, mas é uma situação geral para todas as associações. -----

Quanto à carta do União, havia aqui algumas situações que nós entendíamos que não eram adequadas as formas como se apoiava, havia talvez uma menor transparência em duas associações o CADE e o União. -----

---

Estas duas associações, para além dos apoios que nós aprovávamos, um pagamento adicional chamado apoio para publicidade de dois mil euros, a cada uma destas entidades para que fizessem publicidade ao Entroncamento nas suas camisolas e nós, entendemos que os apoios que proporcionamos às associações, são mais que suficientes para que devam publicitar a nossa sociedade e a câmara. -----

Qualquer uma destas associações têm o apoio anual, se não estou em erro, de 27.000 euros cada uma. -----

Os novos apoios que aprovámos na última reunião e estamos também a moralizar a forma como as associações se candidatam, conseguimos que praticamente todas as associações fizessem a sua candidatura incluindo os documentos adequados e portanto tendo uma situação de perfeita e total transparência. -----

Há uns largos meses tive a oportunidade de explicar aos dirigentes do União, que essa situação, nós iríamos dar seguimento porque achávamos que era inadequada. -----

Quanto à questão do Bairro Camões, devo dizer que achei que foi a primeira pessoa que de alguma forma se sentiu incomodado da nossa proposta de aquisição do Bairro Camões por um euro, um valor simbólico. -----

Não é o valor de um euro que está em causa, foi os fundamentos que nós apresentámos e que tive a ocasião de partilhar, antes de enviar, com a totalidade dos membros do executivo. -----

De qualquer modo o Presidente da Câmara não tem poderes para comprar ou vender património, mas tem poderes para suscitar processos de negociação que foi esse o caso. -----

Neste momento já temos uma resposta da REFER, que não sendo uma resposta a dizer que aceita a nossa proposta, aliás, era estranho que assim fosse, mas temos uma resposta que abre o caminho a um processo de negociação. -----

Sobre a alteração do loteamento, justamente por isso, está a discussão pública para que as pessoas se pronunciem e apresentem os seus contributos, da nossa parte fizemos de acordo com aquilo que entendemos que é legal, aliás, o pedido de alteração do loteamento foi aprovado por unanimidade na câmara. -----

Pedia ao senhor José Baptista a quem a carta foi endereçada, que fale com a senhora e que faça chegar as suas preocupações, como diz o edital, ao Presidente da Câmara dentro dos prazos legais, que penso que ainda não terminaram. -----

Para quem não está a par desta situação, trata-se de transformar um quarteirão em que estavam previstos vários prédios de apartamentos, num espaço comercial naquele loteamento entre o L'ECLERC e aquelas construções junto ao CERE, qualquer pessoa de bom senso conclui que o número de apartamentos previstos para aquele loteamento nos dias de hoje, é manifestamente excessivo. -----

Este projeto em concreto a concretizar-se, logo que esteja despoletado este processo, se não houver nada em contrário, será um projeto que irá criar cerca de trinta e cinco postos de trabalho. -----

Temos um parecer que não foi solicitado por nós, mas é um parecer publicado da Professora Paula, da Revista Urbanismo e que sustenta esta situação que o senhor deputado José Baptista referiu. -----

A questão do Cineteatro S. João, estamos todos a aguardar não só o Entroncamento, a clarificação do Quadro Comunitário, no entanto e neste momento estamos a desenvolver o projeto de intervenção no Cineteatro S. João e logo que esteja clarificado o regulamento será o primeiro projeto a ser candidatado. -----

---

Se se concretizar a informação que nos foi transmitida que durante a primeira semana de março os regulamentos seriam conhecidos, temos pelo menos aqui um instrumento que nos permitirá avançar nessa matéria. -----

Foi aberto neste momento, não diretamente pela câmara, para o comércio há uma fase de candidatura para o “comércio investe” há poucos dias, as coisas começam a ganhar alguma forma. -----

Quando se falou aqui e confesso não registei quem é que referiu, que a descentralização não custa mais dinheiro, não custa mais dinheiro ao ministério, a gestão do contrato de execução da Escola Rui D’Andrade, se calhar temos que pensar se faz sentido ou não, tomar uma rescisão unilateral desse contrato, aí será mais fácil do que nas Águas do Centro de facto é uma complexidade grande. -----

Dos rácios cedidos pelo Ministério, as nossas escolas que estão à nossa responsabilidade deveriam ter cinquenta assistentes operacionais, quando foram transferidas para a câmara tinham trinta e nove, neste momento tem sessenta e duas assistentes operacionais e mais doze nos programas ocupacionais, ou seja, é um custo muito grande que não é financiado pelo Ministério, é financiado pela câmara. -----

Como sabem, os custos associados ao investimento que o Ministério se tem recusado a alterar uma posição, que a nós nos parece muito pouco adequada ao interesse público, que é não ir além dos 15% do cofinanciamento nacional, quando projetos desta natureza têm sempre desvios e este em concreto, teve logo um desvio inicial de cerca de quatrocentos mil euros e portanto, um investimento de zero para a câmara, vai custar setecentos e cinquenta mil euros. -----

Sobre as taxas, nós detetamos uma situação análoga que passou ao executivo e à assembleia, até hoje nós ainda não aumentámos uma taxa, relativamente à questão destas taxas específicas da ocupação do espaço público por esplanadas e toldos, houve aqui de facto uma situação que nos passou, e também aqui fruto de uma posição que é legítima, mas com a qual não me revejo, não me revejo muito com a posição de nós isentarmos determinadas entidades de as pagar, revejo-me mais numa situação que é aquilo que se passa nos municípios limítrofes, que é haver um valor de taxas reduzido e que todos pagam independentemente da faturação. -----

Houve aqui uma situação que nos passou a todos, há nesse momento, nessa área taxas que são elevadas, estamos a trabalhar nisso a ver se conseguimos alterar e trazer à assembleia essa alteração até junho, para ver se conseguimos corrigir a partir do segundo trimestre, se for possível, neste momento não sei se é possível ou não, temos que ter consciência de que quando nós aprovamos aqui taxas, é uma Lei, é uma imposição legal a que as entidades estão sujeitas a isso, mas estamos atentos e vamos tentar corrigir. -----

Nós pensávamos que era um número muito reduzido de entidades que estariam sujeitas a esse pagamento, mas o levantamento que fizemos dá mais entidades do que aquelas que estávamos à espera, o nosso objetivo era falar com todas e explicar a situação. -----

De qualquer forma, acho que nós cometemos uma falta, ainda não percebemos muito bem o porquê, penso que tem a ver com o facto de serem situações novas do licenciamento zero.” -----

Em virtude de ter ocorrido uma avaria na gravação de causas desconhecidas, não foi possível transcrever a resposta do senhor Presidente da Câmara, às restantes questões colocadas pelos senhores deputados, nomeadamente, a questão do ambiente e da RESITEJO. -----

---

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e trinta minutos, do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e quinze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª Secretária:

A 2ª Secretária: